



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER  
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa  
16ª Legislatura

Barros Munhoz - Presidente

Carlinhos Almeida: 1º Secretário Aldo Demarchi: 2º Secretário

Conte Lopes: 1º Vice-Presidente

Roberto Engler: 3º Vice-Presidente

Feliciano Filho: 3º Secretário

Davi Zaia: 2º Vice-Presidente

Vinicius Camarinha: 4º Vice-Presidente

Ana do Carmo: 4ª Secretária

Palácio Nove de Julho Av. Pedro Álvares Cabral, 201 CEP 04097-900 Tel. 3886-6122 www.al.sp.gov.br

Volume 120 • Número 88 • São Paulo, quarta-feira, 12 de maio de 2010 • <http://www.imprensaoficial.com.br>

**imprensaoficial**

## Aprovado projeto que estende Adicional de Local de Exercício aos policiais inativos

*Líder do Governo anuncia projetos que garantem 100% do ALE aos aposentados por invalidez*

MARISA MELLO

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou nesta terça-feira, 11/5, o Projeto de lei complementar 13/2010, do governador, que estende aos inativos e pensionistas o Adicional de Localidade de Exercício pago aos policiais do Estado. O projeto foi aprovado com as emendas 1, que prevê, a manutenção do artigo 4º da Lei complementar 1.062/2008, que fixa que os policiais civis aposentados e os que vierem a se aposentar a partir da vigência da lei complementar farão jus ao Adicional de Local de Exercício. A emenda 26, que altera a redação do mesmo artigo, fixando o valor do referido adicional em 100%, também foi aprovada.

Pouco antes de a Assembleia aprovar o PLC 13/2010, o líder do Governo na Assembleia, deputado Vaz de Lima (PSDB), afirmou que o governador Alberto Goldman se comprometeu a encaminhar à Casa nos próximos dias dois projetos que garantirão a integralidade do Adicional de Local de Exercício aos servidores que se aposentarem por invalidez decorrente da atividade de segurança, ou aos seus pensionistas. "Trata-se de uma contribuição que este Parlamento fez ao projeto de incorporação do ALE, aperfeiçoando-o", afirmou Vaz de Lima.

Página 3



Barros Munhoz preside votação do PLC 13/2010

## CPI da Bancoop ouve cooperada que alega ter sido prejudicada em financiamento de imóvel

VERA BOLDRINI

Mais uma reunião da CPI que investiga supostas irregularidades e fraudes praticadas pela Cooperativa Habitacional dos Bancários do Estado de São Paulo (Bancoop) foi realizada nesta terça-feira. O objetivo foi ouvir Yara Regina Ferreira, cooperada da Bancoop, que alega ter sido prejudicada pela cooperativa na renegociação de sua dívida, o que a levou a perder o imóvel que estava adquirindo.

Yara contou que comprou uma cota referente ao apartamento 101, em condomínio na Casa Verde. Segundo informou, pagou regularmente até que a



Yara Regina Ferreira e Samuel Moreira

prestação subiu dos aproximadamente R\$ 700, que pagava, para cerca de R\$ 2 mil. Após atrasar 9 prestações, a depoente fez um acordo com a Bancoop para quitar essas parcelas. Na ocasião, foi informada de que não atendia mais as exigências para ser cooperada.

**CPI vai convocar Blat e Vaccari**

Foi aprovado durante a reunião requerimento de autoria de Antonio Mentor e Vanderlei Siraque, ambos do PT, convocando a comparecer na CPI o promotor de Justiça José Carlos Blat e o ex-presidente da Bancoop e atual secretário de Finanças e Planejamento do PT, João Vaccari Neto. **Página 3**

**CPI da Pedofilia aprova convite a novos depoentes – Página 5**

# Projetos do governo vão garantir 100% do ALE aos agentes aposentados por invalidez

CONTINUAÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA

Vaz de Lima explicou que, por uma questão de constitucionalidade, a apresentação de tais proposições

não pode ser feita por parlamentares, sendo de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Vários deputados se manifestaram, antes da

votação, quanto ao teor justo do projeto, mas de uma forma geral alertaram que a proposição aprovada não atende a toda a expectativa das categorias mencionadas no PLC.

O deputado Enio Tatto (PT) reclamou que os projetos referentes à Defensoria Pública (PLC 21/2010) e à Procuradoria (PLC 20/2010) não foram votados e o presidente da Assembleia, Barros Munhoz, informou que a cronologia dos projetos para votação foi alterada conforme deliberação do Colégio de Líderes.

Outra reclamação partiu do deputado José Bittencourt (PDT), que cobrou a votação do PLC 43/2005, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado. Neste caso, Munhoz afirmou que o Legislativo não pode versar sobre matéria que implique ônus financeiro, sem que conste a procedência da receita.

## Vagas para deficientes

Em sessão extraordinária realizada na mesma data, o Plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar 34/20010, do Tribunal de Contas do Estado, que trata da reserva de vagas em concursos públicos para pessoas portadoras de deficiência, no âmbito do Tribunal de Contas.



Deputados no plenário votam projetos de interesse do funcionalismo

cpi

# Cooperada da Bancoop discorda de resíduo de R\$ 48 mil e pede posse de apartamento na Justiça

CONTINUAÇÃO DA PRIMEIRA PÁGINA

Para não perder o que já havia pago, a cooperada da Bancoop Yara Regina Ferreira disse que passou a cota adquirida para a sua filha, que atendia às novas exigências. Para isso, o imóvel originalmente adquirido foi substituído pelo apartamento 91 de outro empreendimento, na Parada Inglesa, transação que era permitida pela cooperativa. Continuou pagando regularmente até a parcela 41 de um total de 50, além de outras periódicas, que constavam do contrato. Nessa altura, a cooperada foi convocada para uma reunião na cooperativa, na qual foi informada de que havia um resíduo a ser pago em parcelas de R\$ 340, com o que ela concordou.

Posteriormente foi informada, em reunião na qual Vaccari esteve presente, que havia mais um resíduo, totalizando R\$ 48 mil, a ser dividido em 24 prestações. Com essas novas prestações de R\$ 2 mil somadas àquelas que já pagava, também de valor próximo a R\$ 2 mil, o total ficou fora

de suas posses. Ao procurar a Bancoop para solicitar um novo acordo, consoante com sua capacidade de pagar, Yara alega ter sido destrutada a ponto de ter chamado a polícia, mas não registrou ocorrência.

A cooperada, tendo parado de pagar as prestações restantes, constituiu advogado para representá-la no processo. Considerada desistente, por falta de pagamento, a Bancoop passou a se considerar proprietária do imóvel e o vendeu a outro.

## Questionamentos

Bruno Covas, relator da comissão, quis saber se a Bancoop tinha alguma ligação com o Sindicato dos Bancários. A depoente explicou que, apesar de inicialmente achar que a Bancoop estava avalizada pelo Sindicato dos Bancários, ficou sabendo, posteriormente, que este apenas cedera espaço em seus informativos para a propaganda do empreendimento que comprara.

Indagada por Covas se ela fora a única reclamante de eventuais irregularidades da Bancoop, a depoente contou que outros adquirentes do mesmo prédio da Parada Inglesa, não tendo, como ela, concordado do alegado resíduo dos R\$ 48 mil, pediram que a situação fosse investigada.

Respondendo a dúvidas de Waldir Agnello, a depoente afirmou que, na ação que move na Justiça contra a Bancoop, reivindica a propriedade do apartamento 91 da Parada Inglesa.

Vicente Cândido disse que em 2001 havia uma grande demanda por financiamento da casa própria, e a Bancoop era uma das poucas instituições a oferecer esse tipo de empreendimento. Cândido afirmou que a instituição entregou imóveis conforme rezavam os contratos a muitos cooperados, havendo apenas reclamações pontuais, como essas apresentadas pelos depoentes. Lara respondeu que apenas não concordou com a última exigência por não ter como honrar o compromisso extra de R\$ 48 mil.

## Requerimentos

No final da sessão, foi aprovado requerimento da autoria de Antonio Mentor e Vanderlei Siraque convocando o o promotor de Justiça José Carlos Blat e o ex-presidente da Bancoop e atual secretário de Finanças e Planejamento do PT, João Vaccari Neto.

Covas leu correspondência a ele encaminhada por Ignácio de Loyola Brandão, que compareceu à comissão em 4/5, questionando a desqualificação de seu depoimento por não ser ele o proprietário de imóvel da Bancoop, mas sua esposa.

A reunião foi presidida pelo deputado Samuel Moreira (PSDB), e teve ainda a presença dos parlamentares Vicente Cândido (PT), Bruno Covas e Ricardo Montoro, do PSDB, André Soares (PP), Chico Sardelli (PV), Roberto Moraes (PPS) e Waldir Agnello (PTB). A próxima reunião será em 18/5.



Bruno Covas, Roberto Morais, André Soares, Ricardo Montoro, Waldir Agnello e Chico Sardelli